

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, 267 p.

MARCOS TEIXEIRA SOUZA

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v22i22p348-351

O Rio Grande do Sul dos pampas, da beleza arquitetônica de Gramado, de um estado construído pela colaboração de imigrantes europeus, da figura gaúcho, contrasta com um outro Rio Grande do Sul, desconhecido ou pouco conhecido: as comunidades rurais, remanescentes de quilombos. Enveredando por um caminho pouco explorado pelas historiografias oficiais, Marcelo Moura Mello revela em sua pesquisa, fruto de sua experiência no projeto de extensão de uma universidade com várias entidades, uma obra ímpar para repensar o Sul com outro olhar, demovendo a invisibilidade do negro na região.

No primeiro capítulo, o autor discute preliminarmente a noção de *Quilombo*. A despeito de uma variedade de autores que já trataram da temática, como é demonstrado na revisão da literatura que o autor empreende, fica patente que o termo *Quilombo* é polissêmico, sobretudo a partir da introdução do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, que marca uma mudança de paradigma para muitas comunidades rurais.

Amparado em outras contribuições, o autor lembra que, à época da tramitação em torno do ADCT, imaginava-se que seriam raras as comunidades contempladas pelo Ato men-

cionado, e que pairava mais dúvidas do que certezas entre os próprios militantes dos movimentos negros e deputados constituintes em prol da militância negra.

Merece também atenção no primeiro capítulo o debate ao redor da proposta de ressemantizar o conceito de *remanescentes de quilombos*, promovendo assim uma ruptura entre uma noção mais fixa de *quilombo* para uma mais móvel permitida pelo acréscimo do predicativo *remanescentes*. Tal observação, oportunamente dita pelo autor, desloca todo um imaginário brasileiro a respeito da noção de *quilombo* para discorrer sobre *remanescentes de quilombo*, em consonância com a realidade do novo dispositivo legal supracitado que, como é passível de ocorrer em hermenêutica jurídica, em vez de encerrar uma questão, suscita-a mais ainda: o que seria um remanescente de quilombo?

Neste questionamento reside o ponto alto da obra. Sem se aventurar em dar uma resposta definitiva, o autor explicita teorias que objetivaram entender o dilema. Segundo escreve, prevaleceu a teoria da etnicidade, com lampejos de uma versão barthiana.

Entendendo que a teoria da etnicidade, embora forneça algumas soluções criativas, parece não definir em si o objeto em questão, no capítulo segundo, deste modo, o autor tenta avançar nesta problemática, não se res-

tringindo à teoria da etnicidade, mas também à questão da *memória*.

Assim, na correlação *etnicidade e memória* busca uma chave interpretativa para tentar compreender o que seja um remanescente de quilombo. Ao percorrer o terreno da entidade, o autor mostra como esta categoria, em várias discussões teóricas, encontra-se imersa em torno do aspecto político e moral, sendo este último, para ele, fundamental para estudar as reivindicações dos moradores de comunidades rurais como motivação maior para angariar o título de remanescente de quilombo. Trata-se mais de uma questão de reparação, de retratação do Estado contra o trabalho escravo realizado por um contingente negro explorado e que, após a abolição de 1888, viu-se praticamente abandonado, sem direito à terra.

Utilizando-se das contribuições teóricas de Halbwachs no tocante à memória e lembrança; de experiência, em Edward Bruner e em Walter Benjamin; e de narrativa, novamente em Benjamin, o autor define um escopo com o qual trabalha em suas reflexões e pesquisa, tendo como pano de fundo um cenário conflitivo, onde os atores sociais atuam em meio a disputas por espaços de reconhecimento moral, além do título de remanescente.

Reconhecendo que a situação presente dos moradores de Cambará, ou seja, a busca pelo reconhecimento do título de remanescente de quilombo, não se limita estritamente ao tempo presente, mas a um passado concatenado com o drama da escravidão e com o presente no qual se dá a luta pelo título mencionado, depreende-se da pesquisa feita pelo autor que as pontes entre o passado e o presente são articuladas pela memória, pela lembrança, pela narrativa, pela experiência, que apontam para uma construção identitária que se relaciona com uma comu-

nidade que reivindica direitos.

Côncio desta faceta, concebe a importância de recuperar as memórias, narrativas, experiências sobre as histórias dos antigos membros de Cambará, num esforço epistemológico de visualizar questões referentes às categorias *justo e injusto*, que, de certa forma, contracenam com outras fontes de pesquisas, como os documentos em arquivos.

No terceiro capítulo, o autor discorre sobre os contextos interétnicos que orbitam a luta dos membros de Cambará. É neste capítulo em que o autor traz a lume as problemáticas das categorias *cor/raça* ou *etnia*, que, diga-se de passagem, não são uma questão afiliva que se restringe a Cambará, mas que nesta comunidade se particulariza ante à mobilização pelo reconhecimento. Conforme explicita o autor, em Cambará, a categoria *brancos*, naquele contexto, compreenderia os alemães, italianos e brasileiros, estes últimos subdivididos em *brancos não imigrantes* e *brancos com a cor de pele não tão escura*. Esclarece ainda que, no primeiro contato com Cambará, em 2003, a maioria dos moradores de Cambará se declarava *morena*, e não *negra*, dado que não lhe passa despercebido. Mapeia assim uma construção identitária ao longo do percurso pelo reconhecimento do remanescente.

Com a crescente luta pelo reconhecimento de Cambará como remanescente de quilombo, em meio à presença de antropólogos, universitários, advogados, a comunidade local experimenta a valorização da categoria *negra*, a qual timidamente alguns membros, outrora que se diziam *morenos*, passam a identificar-se como *negros*. Como é visto na obra, é uma passagem que não se faz do dia para a noite, mas que se constrói à medida que esta categoria – a *negra* – é vista, naquele contexto, com valoração positiva para a maioria dos moradores de Cambará.

Do outro lado, como seria previsível, alguns brancos, a maioria formada por fazendeiros, sente-se ameaçada com o cenário vindouro em que o governo federal tende a reconhecer as terras de Cambará como um remanescente de quilombo. Descreve o autor que não se evidencia um conflito aberto entre negros e brancos na localidade, excetuando algumas histórias narradas por ambos os grupos étnicos. O que se observa com clareza é que a organização de uma entidade, a Associação Quilombola de Cambará, criada para promover a aquisição do título, bem como para angariar apoio de instituições públicas, aprofunda, em alguns momentos, o cisma entre brancos e negros na localidade. Por parte dos brancos, fazendo menção indiretamente a alguns negros, está a revolta de que eles trabalham muito para sustentar programas e políticas públicas para pessoas que não querem trabalhar a terra. Fica visível no texto que as falas dos dois lados, cada um com seu ponto de vista defensivo ou agressivo contra seu oponente, reforça um duelo simbólico e discursivo. Neste conflito exposto na obra, é interessante notar como o autor-pesquisador se posiciona em meio a situações com as quais, aliás, qualquer pesquisador que se propõe a fazer pesquisa de campo geralmente precisa saber lidar.

Apesar de revelar a existência de conflitos em questões étnicas, o autor pontua que a relação de reciprocidade entre brancos e negros não só ocorre, como se faz necessária para ambos os lados: para o branco, que depende dos serviços prestados pelo empregado negro, o qual, por sua vez, precisa de renda, geralmente auferida com o trabalho oferecido pelo branco, sendo importante frisar, neste contexto, que tal dinâmica mitiga a insurgência de maiores conflitos, e que o braço estatal era quase sempre ausente.

No quarto capítulo, o autor faz um relevante apanhado histórico entre o segundo quartel e o fim do século XIX de Cambará. A consulta

a documentos guardados em arquivos públicos rendeu ao autor, e conseqüentemente aos seus leitores, o acesso a um profícuo material, que recupera a existência de territórios de famílias negras no período já dito anteriormente, o que questiona assim historiografias, cujo negro no sul do Brasil é tido unicamente como um indivíduo desprovido de terras.

Ao consultar inventários, cartas de liberdade, registros paroquiais de terras, autos de legitimação de posse e, como frisa, principalmente os assentos de batismo e casamento; o autor desbrava documentos até então esquecidos ou renegados pela comunidade, e que são fundamentais para a identificação de Cambará como um território negro, a partir do estabelecimento das famílias de dois preto-forros, problematizando muitas historiografias do Rio Grande do Sul, em que o negro é quase sempre ausente.

Neste ponto, a obra põe em relevo todo um aparato documental para demonstrar a existência de diversas famílias compostas por negros na região de Cambará, criando um elo vigoroso entre a ascendência negra do século XIX e a afrodescendência atual em Cambará. Em seu texto, ressalta também as estratégias de matrimônio entre as famílias como forma de salvar a terra como propriedade, bem como as relações de parentesco e apadrinhamento existentes na localidade.

Como desde o início fora dito pelo autor, a oralidade constituiu uma fonte imprescindível da pesquisa. Se no capítulo quarto, as fontes documentais se fizeram oportunas para mostrar, por outro prisma ou metodologia, que Cambará tem uma ascendência afro, o capítulo posterior, o quinto, retoma as narrativas como fonte significativa, ao lado da fonte documental, para entender a formação de Cambará. Neste momento, percebe-se as falas rememorativas de moradores antigos de Cambará, no contar de história ao visualizar

determinado lugar. O que para o autor ou para qualquer outro visitante, que não tinha até então conhecimento total das vivências da localidade, uma determinada casa ou árvore não assumiriam relevância, para aquele grupo social tais lugares são referenciais de memória, em especial, para os mais antigos.

Por falar em antigos, neste mesmo quinto capítulo é deixado *en passant* um apontamento para o pesquisador no que concerne à crença de que a memória local se fecha exclusivamente na mente dos membros mais idosos. A colaboração do jovem Márcio, com quem o autor passa a ter acesso a muitas informações. A metáfora empreendida pelo autor sintetiza bem uma pesquisa de campo: “com efeito, para escrever, é preciso saber ler as páginas da terra” (p. 199).

No sexto capítulo, o autor questiona o distanciamento espacial e temporal entre o *antropólogo* e o *outro pesquisado*. E sem dúvida, tal observação se faz relevante porque as falas e memórias estão circunscritas a uma temporalidade e a uma espacialidade que, se não levadas a uma problematização no trabalho do pesquisador, tende a incorrer na distorção da compreensão do fenômeno estudado.

Aborda ainda o autor, neste capítulo, os regimes de criação, que são, em outras palavras, a criação dada pelos empregadores brancos, em casa destes, a crianças negras, as quais passam a morar com aqueles e são submetidas, como pagamento pela moradia e comida, a trabalhos domésticos. Os regimes de criação assumem uma continuidade sutil com o passado escravocrata. Não sem razão, o autor explora as dicotomias *dito* e *não dito*, *memória* e *esquecimento*, protagonizando as marcas da escravidão entre os idosos da geração livre que, sob o regime de criação em suas respectivas infâncias e principalmente em meio a vivência com ex-escravos, percebe-se, nas memórias e narrativas dos moradores mais idosos, uma perenidade com o drama da escravidão.

Em considerações finais, atenta para o laudo antropológico como um produto engendrado não descontextualizado de um âmbito político e, sobretudo, de uma dimensão moral. Tais colocações, entre outras que perpassam a obra, não sem razão, referendam o livro como uma leitura essencial, tanto para estudantes e especialista da temática, quanto para aqueles que querem conhecer um pouco mais de um outro Rio Grande do Sul.

autor **Marcos Teixeira Souza**
Mestre em Antropologia Social - UFG